

Análise de instâncias de participação da comunidade como inovações sociais na Serra do Cipó (Minas Gerais, Brasil)**Sarah Rebeca Marciano dos Santos – marcianosarah@outlook.com****Prefeitura Municipal de Nova União****Daniel Paulino Teixeira Lopes – daniel.lopes@cefetmg.br****Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)****Glauciene Silva Martins – glauciene@cefetmg.br****Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)****Área Temática: Administração Pública, Desenvolvimento Local e Regional****Resumo**

O objetivo deste trabalho é descrever inovações sociais que têm se destacado no destino turístico da Serra do Cipó (Minas Gerais, Brasil). O referencial teórico discute inovações tecnológicas e não tecnológicas, destacando a inovação social e suas características, grau de novidade e difusão de inovações. A inovação social é um tipo de inovação que pode gerar soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. Metodologicamente, optou-se pela realização de uma investigação descritiva qualitativa, realizada por meio de estudos de caso do Fórum de Desenvolvimento Regional da Serra do Cipó e dos conselhos consultivos Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira e Parque Nacional da Serra do Cipó. Para a coleta de dados, foram realizadas em 2017 pesquisa documental e observação participante, que geraram evidências examinadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados abrangem os registros de experiências da comunidade local com a inovação social, a análise das inovações sociais a partir da observação da ação de atores locais e a identificação das finalidades de tais inovações, que são desdobramentos gerados pelas instâncias participativas na Serra do Cipó. Os casos podem ser entendidos como inovações sociais com abrangência de nível local, com características de inovação organizacional e incrementais, pois trouxeram melhorias, entretanto, sem gerar grandes rupturas. A pesquisa mostrou que os diversos agentes da região – dentre os quais empresários, trabalhadores autônomos e representantes de órgãos da administração pública – vêm se reunindo em instâncias, que em um dado momento foram inovadoras (no sentido da inovação social), para discutir e propor melhorias a fim de que haja desenvolvimento econômico e social na região. Observou-se que a participação e mobilização dos agentes podem interferir quanto a efetividade dessas inovações e quanto à sua continuidade.

Palavras-chave: Inovação; Inovação Social; Conselhos; Serra do Cipó; Brasil.**Analysis of community participation instances as social innovations at Serra do Cipó (Minas Gerais, Brazil)****Abstract**

The objective of this paper is to describe social innovations that have been remarkable in the tourist destination of Serra do Cipó (Minas Gerais, Brazil). The theoretical framework discusses technological and non-technological innovations, highlighting social innovation and its characteristics, degree of novelty and diffusion process. Social innovation is one that can generate new and lasting solutions for social groups, communities or for society in general. Methodologically, we conducted a qualitative descriptive investigation, carried out through

case studies of the Regional Development Forum of Serra do Cipó and advisory councils of Environmental Protection Area Morro da Pedreira and Serra do Cipó National Park. Data were collected in 2017 through documentary research and participant observation, which generated evidences examined through content analysis. Results cover the experiences of the local community with social innovation, social innovations analysis through observation of local actors' actions and identification of innovations purposes, which resulted from participative instances at Serra do Cipó. The cases can be understood as social innovations with local level coverage, with characteristics of organizational innovation and incremental, because they have brought improvements, however, without generating great ruptures. The research has shown that the various agents in the region - among them entrepreneurs, self-employed workers and representatives of public administration bodies - have been meeting in forums that at one point were innovative (in the sense of social innovation) to discuss and propose improvements in order to achieve economic and social development to the region. We observed that the participation and mobilization of the agents can interfere in the effectiveness of these innovations as well as in their continuity.

Keywords: Innovation; Social Innovation; Councils; Serra do Cipó; Brazil.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é descrever inovações sociais caracterizadas como instâncias participativas que têm se destacado no destino turístico da Serra do Cipó. Trata-se de estudos de caso, visto que se busca caracterizar essas inovações quanto ao envolvimento dos agentes, tipos, profundidade, abrangência e finalidade. Para isso, serão abordados teorias e conceitos de inovação, difusão da inovação e inovação social.

Schumpeter (1997), define a inovação como uma nova combinação de recursos produtivos que possibilita a introdução de novos produtos no mercado, perturbando assim, o seu equilíbrio. Segundo o autor o desenvolvimento é gerado por esse desequilíbrio que tem como principal agente o empreendedor inovador.

As inovações podem ser classificadas como tecnológicas e não tecnológicas. As inovações tecnológicas são definidas como mudanças apresentadas em produtos, bens ou serviços, ou no processo para introduzir esses bens e/ou serviços (Plonski, 2005). Já as inovações não tecnológicas podem ser definidas como todos os tipos de inovação que não implicam na criação e utilização de novas técnicas ou tecnologia (Černe, Kaše & Škerlavaj, 2016).

A inovação social é apresentada por Bignetti (2011) como um tipo de inovação que pode ser entendido como o resultado da aplicação do conhecimento a fim de atender as necessidades sociais, a partir da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos. Dessa forma, segundo o autor, podem ser geradas soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.

Neste trabalho descreveremos inovações sociais como instâncias participativas no destino turístico da Serra do Cipó. Para isso, serão apresentados a seguir o problema de pesquisa e sua justificativa, bem como os objetivos do trabalho desenvolvido. No terceiro tópico serão apresentados conceitos fundamentais sobre inovação e sua difusão, além da inovação social propriamente dita. Em seguida, será apresentado o percurso metodológico, incluindo-se uma descrição dos métodos de coleta e análise dos dados. Nos resultados, quarto tópico, será feita uma breve caracterização das instâncias participativas nas quais foram coletados os dados da pesquisa e será apresentada a análise dos resultados. Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre o estudo realizado.

2. Inovação – conceitos e tipologias

Um dos primeiros conceitos de inovação foi criado, na década de 1930, por Schumpeter (1997). Esse autor a define como uma nova combinação de fatores produtivos, aplicação de conhecimento tecnológico ou invenção que introduz novos produtos, métodos produtivos novos mercados, novas fontes de matéria prima, e novas formas de organização industrial gerando desequilíbrio no mercado (Schumpeter, 1997). De acordo com o autor, esse desequilíbrio proporciona desenvolvimento econômico, e tem como principal agente o empresário (ou empreendedor) inovador.

A inovação também pode ser entendida como “uma ideia, prática ou objeto que é percebido como novo para um indivíduo ou outra unidade de adoção” (Rogers, 2003, p 137). Fagerberg (2003) corrobora com esse conceito, definindo a inovação como a primeira comercialização de uma ideia para um novo produto ou processo. A partir dessa definição de inovação é possível notar que a organização que introduz essa novidade no mercado deve ser capaz de manter a sua produção e comercialização. Entretanto a invenção não precisa ter sido necessariamente desenvolvida pela empresa (Arbix, 2010).

É importante distinguir inovação e invenção, visto que a invenção é a primeira ocorrência de uma ideia, não implicando na introdução dessa ideia no mercado ao contrário da inovação (Fagerberg, 2003). Entretanto uma invenção pode ser considerada uma inovação. Schumpeter (1997) destaca que para que isso ocorra a invenção deve ser economicamente relevante.

As inovações podem ser classificadas como tecnológicas e não tecnológicas. As inovações tecnológicas podem ser caracterizadas por mudanças apresentadas em produtos, bens ou serviços, ou no processo para introduzir esses bens e/ou serviços (Plonski, 2005). A inovação tecnológica tornou-se importante para a competitividade entre as nações no sentido de criação

de riqueza e o seu processo considerado como alta prioridade para os países membros Organização para Cooperação Econômica Europeia (OECD) na década de 1990 (Charles, 1990).

As inovações não tecnológicas podem ser entendidas como todos os tipos de inovação que não implicam em novas técnicas ou tecnologia (Černe, Kaše & Škerlavaj, 2016). Segundo Schmidt e Rammer (2007), o conceito de inovação tradicionalmente remete a inovação em produto e processo por isso os críticos destacam a importância de um conceito de inovação que englobe outros aspectos. De acordo com os autores, inovações não tecnológicas são complementares ou suplementares a inovações tecnológicas. As inovações não tecnológicas se referem à introdução de novos métodos organizacionais e mercadológicos (Schmidt & Rammer, 2007).

Outras tipologias são importantes para compreender a inovação. Uma delas diz respeito ao grau de novidade de uma inovação que pode ser incremental ou radical. Inovações incrementais são aquelas que geram melhoria no desempenho de componentes ou refinamentos em concepções que não gerem mudanças significativas. Já a considerada radical é aquela que proporciona uma nova arquitetura ou nova abordagem fundamental ao nível de componentes (Meeus & Edquist, 2006).

Além do grau de novidade aspectos ligados a difusão de inovações são importantes inclusive para abordar inovações sociais. A seção seguinte discute como uma inovação se difunde. Uma inovação é adotada quando os indivíduos optam por ela (Macvaugh & Schiavone, 2010). Considerando que a tendência em atuar e trocar informações nos grupos sociais aos quais pertencem, as pessoas optam pela adoção de uma inovação caso ela atenda a suas necessidades e seja socialmente aceito ao fazer uso dela (Macvaugh & Schiavone, 2010).

De acordo com Dearing (2009), a motivação ao se adotar uma inovação varia de acordo com o tempo de adoção dos agentes, sendo os inovadores os primeiros a adotar, o fazendo pela novidade e pela crença de que possuem pouco a perder. Já os adotantes precoces, conhecidos como líderes de opinião, o fazem após avaliarem os atributos da inovação. Por fim, a maioria, adota a inovação porque os anteriores assim o fizeram e por isso acreditam ser o correto a ser feito, agindo de certa forma como imitadores (Dearing, 2009).

No campo do trabalho social a difusão pode se concentrar na adaptação de mensagens, na legitimação por pessoas consideradas com alto status, interação de agentes de mudança com possíveis adotantes e a cooperação de líderes de influência informais (Dearing, 2009). De acordo com Dearing (2009), dessa forma a comunicação de uma inovação a um grupo de

possíveis adotantes permite que esse grupo influencie mais possíveis adotantes a fim de haja a implementação e manutenção do uso dessa inovação.

A difusão da inovação é considerada um dos principais mecanismos para se alcançar mudança social e técnica (Katz, Levin & Hamilton, 1963). Sob um olhar sociológico, o processo de difusão é caracterizado como a aceitação em um determinado período de tempo de um item, ideia ou prática por indivíduos, grupos ou unidade de adoção junto a canais de comunicação, à estrutura social e a determinados valores e cultura (Katz, Levin & Hamilton, 1963).

3. Inovação Social

Neste trabalho será abordado um tipo específico de inovação: a inovação social. Entende-se por inovação social a partir da definição apresentada por Bignetti, (2011, p.8) como "o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral". Sendo que, segundo o autor, surgiram com a busca de alternativas viáveis para o futuro da humanidade.

Em 2003 foi publicado um estudo sobre inovação social pelo grupo de pesquisa Centre de Recherche sur Les innovations Sociales (CRISES) que define a inovação como um processo de criação e aprendizagem coletivos que visa o bem-estar individual e da sociedade, sendo um processo que implica na abertura para cooperação dos envolvidos (Cloutier, 2003). Também podem ter eficácia quanto ao âmbito social apresentando resultados materiais ou imateriais e assim pode se apresentar como uma nova tecnologia ou produto, sendo analisada principalmente por seus objetivos e processo (Cloutier, 2003). A partir dessa definição podemos inferir que a inovação social pode se manifestar como outros tipos de inovações, como tecnologia e de produto.

Adams e Hess (2010) definem ainda a inovação social como uma ideia que pode criar valor social, resolvendo de forma inovadora velhas questões sociais e acelerando mudanças sociais. A inovação social surge principalmente como iniciativas do terceiro setor, fora do mercado e tutela direta do Estado, buscando a inclusão social (André & Abreu, 2012).

Diogo e Guerra (2013), também contribuem para essa conceituação de inovação social, a definindo como um caminho efetivo e criativo para encontrar soluções de problemas sociais com a melhoria do bem-estar social e a promoção do desenvolvimento. Segundo as autoras, a inovação social seria ainda uma forma de salientar o papel do indivíduo e de suas ações na sociedade e de sua capacidade de se reinventar. Ainda pontuam que:

“A mudança social processa-se em ciclos de longa duração, de acordo com as dinâmicas de resiliência dos sistemas socioecológicos, no constante (re)equilíbrio das suas forças. Atualmente, assistimos a fortes desequilíbrios, na qualidade ambiental, na estabilidade das economias e dos sistemas políticos e na justiça social, que comprovam a necessidade de mudança. Ora, a inovação social vem propor uma mudança que restaura a capacidade de resiliência dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social” (Diogo & Guerra, 2013, p143).

Para Diogo e Guerra (2013), às organizações do terceiro setor possuem o papel principal no processo de inovação. Isso porque são responsáveis pela capacitação das populações. Entretanto essas iniciativas só possuem efetividade quanto à promoção do desenvolvimento se ocorrerem diretamente com as pessoas envolvidas no trabalho ou na parceria e trabalho conjunto entre a organização e os beneficiários. Além disso são necessários cooperação e produtividade.

Os conhecimentos científicos e tecnológicos são as informações que quando disponibilizadas e assimiladas para o indivíduo e para a sociedade geram potencial para a inovação. Essa informação será associada ou contrastada com outros conhecimentos e assim será gerado um novo conhecimento. A partir dessa elaboração de conhecimento pela comunidade é que surgiria a inovação. Dessa forma é possível observar a importância da disseminação do conhecimento como instrumento da inovação social (Bertin, Leite & Pereira, 2009).

A inovação social é, ainda, classificada como uma inovação aberta. Para Hulgard e Ferrarini (2010) essa classificação é possível visto que na inovação social há o envolvimento de vários sujeitos e entrada e saída de informações sem restrições:

"Na inovação aberta, muitos sujeitos estão envolvidos de forma intencional ou não. Nenhuma empresa ou instituição isoladamente é capaz de controlar a entrada de ideias, processos e tecnologias que estão concorrendo para o resultado; o processo ocorre dentro e fora da organização. O resultado decorre da colaboração de muitos atores e tende a ser mais exitoso do que um produto restrito voltado para um determinado mercado e representa uma mudança de paradigma. Tanto a inovação aberta quanto a inovação social (esta concebida como processo) ocorrem em arenas colaborativas caracterizadas pela existência de limites tênues e indefinidos entre agentes, empresas e instituições e de redes como tipo dominante de organização. Relações internas e redes estão relacionadas a ideias, sujeitos e tecnologia" (Hulgard & Ferrarini, 2010, p.258).

Baumgarten (2008) discute a relação entre redes de produção de conhecimento e tecnologia, inclusão social e desenvolvimento sustentável, especialmente a partir das tecnologias sociais. Embora se refere as tecnologias sociais como formas de produzir conhecimento a fim de contribuir com a resolução de problemas que permeiam a sociedade. A autora vê nessas redes de produção, disseminação e apropriação de conhecimento como instrumentos centrais para a

inovação social. Entretanto para que isso aconteça, é preciso que haja a mediação entre esses grupos e a sociedade de forma geral, a fim de que tenham acesso ao conhecimento produzido. Comini (2016) realizou uma pesquisa descritiva exploratória em inovação social a fim de dar continuidade ao um estudo exploratório, chamado Brasil27, que identificou negócios sociais nos 27 estados do Brasil. A abordagem foi qualitativa devido a aproximação que ela permite entre o pesquisador e o objeto de estudos sendo útil a pesquisa pois segundo a autora há escassez de estudos sobre negócios sociais, sendo em grande parte casos com limitado potencial explicativo. O estudo utiliza como método estudos de caso múltiplos a fim de identificar diferenças e similaridades. A coleta de dados primários se deu por entrevista em profundidade, grupos focais e observação, e por meio de dados secundários via pesquisa documental. O tratamento dos dados se deu por análise de conteúdo. Foram determinadas as seguintes categorias de análise: (1) classificar os empreendimentos sociais com base na revisão da literatura sobre negócios sociais; (2) dimensões de análise de inovação a partir das referências utilizadas em administração (Manual de Oslo); e (3) categorias de valor socioambiental, a partir da literatura de empreendedorismo social, adicionando referências ambientais.

O relatório Brasil 27 foi realizado em quatro fases: levantamento bibliográfico, definição do universo da pesquisa e de seleção dos casos, jornadas do trabalho de campo e elaboração dos casos descritos. Posteriormente, os cases e empreendimentos foram classificados entre lógica de mercado e lógica social por meio de um Continuum de Tipologia de Negócios Sociais a fim de entender o posicionamento do negócio. para isso, foram utilizados vídeos e descritivos dos casos. Os produtos dos empreendimentos sociais foram analisados pelas seguintes dimensões: finalidade (impacto desejado); forma (tipo de inovação); profundidade (magnitude da inovação) e abrangência (difusão da inovação), conforme a Figura 1.

No primeiro recorte analítico desejava-se verificar se os empreendimentos com lógica de mercado tenderiam a desenvolver inovações de produto/serviços e mercadológica e se as inovações sociais tenderiam a desenvolver inovações organizacionais e de processo. O segundo recorte investigava o valor socioambiental gerado como: aumento do capital físico, capital humano, capital produtivo, capital social, diminuição de custos de transição, cidadania, capital natural, contribuição para uma economia de baixo carbono e reuso de materiais. sendo que o valor gerado pode ser intencional, de maneira direta, e/ou colateral, de maneira indireta. O número de formas de impacto indica o potencial de impacto do negócio. Esse modelo foi útil para a realização da pesquisa de campo proposta neste artigo, conforme se observará na

próxima seção.



Figura 1 – Metodologia de análise das inovações sociais

Fonte: adaptado de Comini (2016).

4. Metodologia

Para o alcance do objetivo deste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva qualitativa, por meio de estudos de caso (Yin, 2001). A fim registrar e descrever os processos de inovação social no município de Santana do Riacho foram utilizadas a observação e a pesquisa documental. O método da observação, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é uma técnica de coleta de dados que busca informações sobre aspectos da realidade por meio dos sentidos, indo além de ver e ouvir, inclusive, examinando fatos ou fenômenos relacionados ao objeto de pesquisa. Dessa forma, foi realizada a observação participante, que segundo as autoras é caracterizada pelo fato de o pesquisador entrar em contato com objeto de estudo participando de suas interações e não apenas como um espectador. De acordo com Silva e Menezes (2005) na pesquisa qualitativa ocorrem a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, considerando as relações dinâmicas entre os sujeitos e o mundo real. Ela permite identificar as características do objeto de estudo e as relações entre os agentes.

A observação é considerada como ponto de partida para a investigação social e como uma técnica de coleta que faz uso dos sentidos para a obtenção de dados (Marconi & Lakatos, 2003). Para Marconi e Lakatos (2003), essa técnica de coleta dos dados pode ser considerada como assistemática, pois houve o recolhimento de dados e registro sem técnicas especiais e sem planejamento e controle elaborados. No caso, sua aplicação ocorreu durante visita inicial aos conselhos e aos projetos a fim de conhecer os locais onde foi realizado o estudo.

Também, para coleta de dados, foi empregada a técnica de pesquisa documental, realizada a partir de atas das reuniões realizadas de julho de 2015 a julho de 2017, contendo as

discussões, encaminhamentos e projetos realizados. A pesquisa documental é uma ferramenta de consulta a dados sobre o objeto de estudos a partir da consulta de documentos escritos ou não dados (Marconi & Lakatos, 2003). Outros documentos fornecidos pelas organizações permitiram a descrição das inovações estudadas e compreensão de seu funcionamento, gerando dados para análise.

Os dados coletados foram tratados e analisados por meio da análise de conteúdo, que consiste em uma técnica para compreender e interpretar o conteúdo de uma comunicação Bardin (2007). A partir dessa análise dos dados, foi possível a utilização do quadro classificatório de Comini (2016) apresentada anteriormente no referencial teórico. Isso foi feito porque a autora fornece dimensões de análise de inovação a partir de referências utilizadas em administração, além do que fornece categorias de valor socioambiental como consequência dessas inovações, conforme se observará na seção seguinte, que apresenta e discute os resultados. Serão apresentadas inicialmente as instâncias participativas e logo após a sua caracterização a partir do modelo de Comini (2016).

5. Apresentação dos Casos CONCIPÓ e COMPEDREIRA

Os conselhos administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são definidos como fóruns de discussão, negociação e gestão das Unidades de Conservação (UC). Nesses fóruns podem ser tratadas questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas e busca uma gestão que ocorra de forma participativa com os setores da sociedade que estão envolvidos com a unidade de conservação.

Dentre as competências e atribuições esses são conselhos devem atuar na identificação de problemas e conflitos e propor formas de resolvê-los; potencialidades da Unidade de Conservação e apresentar sugestões e iniciativas que as fortaleçam; conciliar os interesses dos diversos setores relacionados a UC; procurar a integração da Unidade Conservação com o contexto local e regional no qual está inserida; posicionar-se sobre assuntos que afetam a Unidade e seu território de influência; requisitar e sugerir ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da Unidade de Conservação e seu território de influência aos órgãos competentes

Para definir os setores que farão parte dos conselhos é considerada a influência e o contexto da unidade de conservação. Preferencialmente são observados os usos do território e seus impactos para a Unidade de Conservação, as contribuições que cada setor pode representar para a Unidade, os conflitos de uso existentes, as sobreposições e interfaces territoriais, e as formas de interação que podem ser desenvolvidas entre a UC e os setores no tratamento que o

Conselho dará aos temas de interesse. Também é considerada a paridade entre poder público e privado além do equilíbrio na representação das propensões de cada um deles.

Os conselhos consultivos podem emitir recomendações e moções acerca de assuntos relacionados as unidades de conservação.

A estrutura de funcionamento desses conselhos é composta pela plenária, secretaria executiva, presidência grupos de trabalho e câmaras temáticas. A plenária é composta pelos conselheiros reunidos. A secretaria executiva redige e ordena a documentação produzida pelo Conselho e organiza as suas atividades. A presidência é desempenhada pelo chefe da UC. Os grupos de trabalho são instâncias para a discussão de temas específicos com caráter temporário. Ao contrario as câmaras temáticas discutem assuntos específicos de caráter permanente.

O Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Cipó (CONCIPÓ) visa a gestão do Parque Nacional (PARNA) da Serra do Cipó é criado com o objetivo de conservar ecossistemas naturais e das paisagens da região que são consideradas de domínio público. Além disso, busca proporcionar pesquisas científicas, educação ambiental e turismo ecológico regional.

Já o Conselho Consultivo da Área de Preservação do Morro da Pedreira (CONPEDREIRA) visa a preservação da biodiversidade, regularizar o modo de ocupação do homem e garantir a sustentabilidade da utilização dos recursos da natureza. A sua composição é tanto de terra de domínio público como de terras privadas.

O CONCIPÓ foi fundado pela Portaria Nº 93 o COMPEDREIRA pela portaria Nº 94, ambos em 17 de dezembro de 2004. Possuem funcionamento conjunto e mesmas agendas por esse motivo a mesma composição. Sendo que, os representantes que são titulares em um conselho são suplentes no outro. Atualmente a composição de ambos conselhos é de Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBM/MG), Polícia Militar de Meio Ambiente de Lagoa Santa (PM/MG), Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR/MG, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG), Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG, associações e prefeituras das cidades que fazem parte da região.

6. Apresentação do Caso Fórum de Desenvolvimento Regional na Serra do Cipó

O Fórum de Desenvolvimento Regional da Serra do Cipó surgiu como um produto de ações do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). A primeira ação,

em 2012, ocorreu por meio do Projeto Foco Competitivo, que tinha como objetivo oferecer aos empresários locais de ramos ligados ao turismo estratégias de atratividades e formas de impulsionar seus negócios que identificou como necessidade de maior integração dos atores regionais ligados ao turismo. A partir disso, o SEBRAE ofereceu o PROGRAMA LÍDER - LIDERANÇA PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, que visava capacitar os agentes integrando os três setores, o público, privado e o terceiro setor. Assim, o Fórum de Desenvolvimento surgiu de uma iniciativa de lideranças locais de continuar esse trabalho e contribuir promovendo ações para o desenvolvimento sustentável na região.

Sua visão é tornar a Serra do Cipó em um destino referência nacional em sustentabilidade, aliando conservação ambiental e cultural a um turismo de excelência até 2030. Sua missão é mobilizar, conscientizar e atuar na integração dos três setores da sociedade para garantir a conservação ambiental e a valorização cultural, em prol do desenvolvimento sustentável da região da Serra do Cipó. Essa instância se direciona pelos valores de união, ética, cidadania, comprometimento e sustentabilidade.

Os eixos estratégicos trabalhados a serem trabalhados no Fórum de Desenvolvimento são três: Comunicação e Identidade, Articulação, Mobilização e Envolvimento e Fortalecimento da Oferta Turística: Mão-de-Obra, Estruturas e Serviços.

O primeiro eixo busca capacitação da comunidade para o fortalecimento das atividades turísticas na localidade valorizando identidade local e com isso levantando sua autoestima. Esse eixo visa ações quanto a deslocamento intermunicipal, telefonia fixa, móvel e internet e valorização da cultura local por meio dos costumes regionais centenários agindo, assim, na recuperação da recuperação da autoestima.

O segundo eixo tem como objetivo a sensibilização e mobilização dos atores a fim de proporcionar o desenvolvimento da região de forma sustentável. Para isso os desafios a serem enfrentados seriam a quebra de paradigmas e preconceitos, envolvimento dos diferentes agentes em prol e focados no objetivo comum.

Por último, o terceiro eixo visa transformar a região em um destino turístico de excelência com diversificação de produtos e disponibilização de serviços e estrutura de qualidade. Os principais desafios seriam variedade de segmentos turísticos ofertados, qualificação da mão de obra e envolvimento do setor privado na rede de cooperação com responsabilidade socioambiental.

7. Análise dos casos

O CONCIPO e COMPEDREIRA podem ser identificados quanto a abrangência como inovação a nível local visto que sua influência está delimitada à Serra do Cipó. Quanto ao tipo podem ser classificadas como inovação organizacional, visto que propõem uma nova forma de gestão das áreas que compõem o Parque Nacional da Serra do Cipó e da APA Morro da Pedreira, que antes ocorria de forma centralizada pela administração pública e passou a ocorrer em parceria com a comunidade, ocorrendo assim de forma participativa. No que diz respeito a profundidade, podem ser classificadas como incremental, pois trouxeram melhorias, entretanto, sem gerar grandes rupturas. Acerca das finalidades podemos identificar de capital físico, custos de transação, capital natural, capital social, capital humano e cidadania.

A preocupação com capital físico pode ser observada nos registros das atas da 17ª reunião e da 20ª reunião, onde são discutidos os direitos a terra relacionados a regularização de terras em posse dos moradores e a povos tradicionais. Quanto a custos de transação um exemplo é a discussão sobre o ICMS ecológico que seria uma nova fonte de financiamento para as atividades propostas pelos conselhos e que beneficiariam a região. Essa discussão foi relatada nas atas da 20ª e da 21ª reunião dos conselhos. O capital natural nota-se foi um dos temas mais discutidos no conselho, tendo sido discutido em cinco das reuniões bimestrais que ocorram entre julho de 2015 e 2017. Isso pela preocupação com a preservação ambiental que pode ser percebida nos relatos da 19ª reunião e da 21ª reunião, onde foram discutidas respectivamente sobre o licenciamento de um posto de gasolina e a aquisição de terras de compensação pela Vale do Rio Doce. Questões envolvendo o capital social podem ser identificadas em debates envolvendo inserção em novas redes de relacionamento, referentes a portais do Projeto Travessias nas comunidades e acesso a informação discutidos na 19ª reunião e da 20ª reunião. E por fim também é possível verificar preocupação em relação ao capital humano a partir do programa “Escola no Parque” e de diagnósticos das necessidades da região, como a capacitação dos moradores registrados nas atas da 18ª e da 21ª reunião.

O Fórum de Desenvolvimento Regional na Serra do Cipó pode ser classificado quanto a abrangência como inovação a nível local, assim como os conselhos consultivos, visto que sua influência está delimitada a Serra do Cipó. No que concerne ao tipo pode ser classificada como inovação organizacional, visto que propõem uma nova instância de participação para finalidades especificamente socioeconômicas, onde os atores da região possam discutir temáticas relacionadas ao desenvolvimento e propor ações conjuntas. Quanto a profundidade, pode ser classificada como incremental, visto que apesar de ter criado uma instância não

existente no local para integrar a ação dos agentes, depende do envolvimento de todos para que haja uma mudança significativa. Com respeito a finalidades podemos identificar de capital produtivo, custos de transação, capital natural, reuso de materiais capital social, capital humano e cidadania. A atenção dada ao capital produtivo pode ser observada nas atas da 26ª reunião e da 30ª reunião, onde são apresentados projetos para a inserção em cadeias de valor. Nessas atas nota-se a discussão sobre o Projeto Rotas Temáticas e Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó. Sobre os custos de transação constata-se o debate sobre a criação de um fundo e de taxas para auxiliar a manutenção da estrutura local, buscando-se uma nova fonte de financiamento. Esse item pode ser observados nas atas referentes a 30ª do Fórum de Desenvolvimento regional. O debate relacionado ao capital natural pode ser notado por atividades relacionadas a conservação da biodiversidade local. Essas atividades podem ser exemplificadas com a Ecoblitz Educativa e Parcelamento do Uso e ocupação do solo na 23ª reunião e da 24ª reunião. Quanto ao reuso de materiais é possível identificar a preocupação com a reciclagem e gestão de resíduos com a divulgação da coleta seletiva na 22ª reunião. A temática capital social foi a mais presente nas reuniões analisadas. Pode-se identificar debates relativos ao capital social envolvendo inserção em novas redes de relacionamento, a fim de exemplificá-lo na 22ª reunião, envolvendo a Feirinha de Artesanato e Gastronomia na Serra do Cipó, e na 30ª reunião, onde são apresentadas as associações da região. Sobre o capital humano identificado quanto acesso a educação e serviços de saúde, por meio das ações apresentadas referentes ao combate a dengue e ao PRONATEC, na 23ª reunião. Também na 24ª reunião onde são apresentadas atualizações sobre as ações de combate a dengue apresentadas na reunião anterior.

Retomando a definição de Bignetti (2011), podemos identificar tanto o CONCIPÓ e o CONPEDREIRA quanto o Fórum de Desenvolvimento Regional na Serra do Cipó podem ser identificados como inovações sociais. Essas instâncias surgiram o objetivo de fornecerem um espaço onde diferentes atores pudessem discutir e compartilhar novas ideias para solucionar problemas sociais, com os quais estão envolvidos, na região.

Quanto aos resultados gerados por essas inovações são tanto materiais, como por exemplo a implantação do ICMS ecológico na região e a Ecoblitz Ecológica, imateriais como a valorização da cultura local. Essa característica corrobora com a definição apresentada pelo grupo CRISES. Essas inovações também vão de encontro aos conceitos apresentados por Bertin, Leite e Pereira (2009), quanto a disponibilização do conhecimento para a sociedade geral como um fator para potenciais inovações. Uma vez que a participação das instituições

de ensino nessas instâncias permite o conhecimento produzido por elas seja compartilhado com a comunidade ao mesmo tempo que o saber prático auxilia a aprendizagem dos alunos.

As reuniões do CONCIPÓ, CONPEDREIRA e do Fórum de Desenvolvimento Regional na Serra do Cipó, são reuniões públicas nas quais todos podem participar e são encorajados a ter direito a fala. Isso faz com que essas inovações podem ser consideradas inovações abertas como é destacado por Hulgard e Ferrarini (2010), pois todos podem colaborar e compartilhar informações entre si. Dessa forma, essas instâncias permitem a inserção em redes de produção, disseminação de conhecimento que são apontadas por Baumgarten (2008) como pontos centrais para o desenvolvimento das inovações sociais.

Por outro lado os conselhos vinculados ao ICMBio contradizem a definição de André e Abreu (2012) uma vez que sua gestão e organização ocorrem com interferência direta do Estado. Apesar de corroborarem com o que é apresentado por Diogo e Guerra (2013) no que se refere a capacitação dos envolvidos e a participação dos beneficiários no desenvolvimento das soluções, contraria o que os autores dizem quanto ao papel central das organizações do terceiro setor.

8. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo descrever inovações sociais que têm se destacado no destino turístico da Serra do Cipó como instâncias participativas. A caracterização das inovações sociais apresentadas como instâncias participativas no destino turístico da Serra do Cipó e a identificação da relação entre os agentes envolvidos e os objetivos de cada instância participativa podem ser observados na apresentação dos casos. A descrição das inovações sociais estudadas a partir do modelo de análise de Comini (2016) foi introduzida com a identificação das potencialidades referentes aos impactos levantados por Comini (2016).

Grande parte dos atores envolvidos nas discussões realizadas nas instâncias participativas estudadas são os mesmos. Ambas as instâncias são abertas a participação e contribuição de todos os que se interessarem em contribuir para solucionar as questões e desafios apresentados. Entretanto nota-se que no CONCIPÓ e CONPEDREIRA, por serem instituídos por lei e seu funcionamento ser organizado por um órgão público, o ICMBio, muitas vezes contando com a participação de funcionários de instituições públicas e privadas, há maior mobilização, participação dos agentes, em relação ao Fórum de Desenvolvimento Regional da Serra do Cipó. O Fórum não é conduzido e organizado por um indivíduo ou instituição fixa, apesar de ter como participantes alguns servidores públicos representando órgãos e

instituições, a sua organização baseada no voluntariado. Dessa forma não há um responsável por geri-lo e convocar seus participantes a comparecerem nas reuniões, podendo ser um motivo para menor participação dos seus membros. Essa falta de liderança fixa e organização voluntária também pode ser uma das razões pelas quais há maior cumprimento dos encaminhamentos gerados pelas reuniões dos conselhos. Além do cumprimento dos encaminhamentos gerados a partir das discussões. Outra observação a ser feita é que há pouca participação dos empresários locais nas reuniões do fórum e houve queda na frequência dos participantes nas últimas reuniões analisadas.

Este estudo foi limitado pelo tempo e pela disponibilidade de realização de visitas e nas reuniões dos conselhos e do fórum de desenvolvimento. Dessa forma, não foi possível que se avançasse em relação metodologia de apresentada no trabalho de Comini (2016) além do que foi proposto por seu objetivo geral.

Sem a pretensão de esgotar a discussão sobre o assunto, sugere-se estudos sobre a participação dos atores em instâncias participativas e a participação do Estado no desenvolvimento das inovações sociais. Além disso, para os casos analisados, sugere-se a realização de uma nova etapa da pesquisa a partir da realização de entrevistas com os atores envolvidos. Uma das grandes dificuldades observadas foi a frequência nas reuniões que poderia afetar a continuidade e efetividade nessas inovações.

9. Referências bibliográficas

- ADAMS, D. & HESS, M. (2010) Social Innovation and Why it Has Policy Significance. **The Economic and Labour Relations Review**, v. 21, n. 2, p. 139–155.
- ANDRÉ, I. & ABREU, A. (2012) Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, p. 121–141.
- ARBIX, G. (2010) Estratégias de inovação para o desenvolvimento. **Tempo Social–Revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 167–185.
- BARDIN, L. (2007) **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BAUMGARTEN, M. (2008) Ciência, tecnologia e desenvolvimento – redes e inovação social. **Parcerias Estratégicas**, v. 13, n. 26, p. 101–124.
- BERTIN, P. R. B., LEITE, F. C. L. & PEREIRA, F. D. A. (2009) A informação em ciência e tecnologia como insumo para a inovação social: elementos para discussão. **XXIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, p. 1–11.
- BIGNETTI, L. P. (2011) As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3–14, 24.
- ČERNE, M., KAŠE, R. & ŠKERLAVAJ, M. (2016) Non-technological innovation research: evaluating the intellectual structure and prospects of an emerging field. **Scandinavian Journal of Management**, v. 32, n. 2, p. 69–85.

- CHARLES, D. (1990) Technological Innovation. In: **Australian Journal Of Public Administration**. v. 49, p. 332–342.
- CLOUTIER, J. (2003) **Qu ’ est-ce que l ’ innovation sociale ?** Québec: Les Cahiers du CRISES.
- COMINI, G. M. (2016) **Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras**. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- DEARING, J. W. (2009) Applying Diffusion of Innovation Theory to Intervention Development. **Research on Social Work Practice**, v. 19, n. 5, p. 503–518.
- DIOGO, V. & GUERRA, P. (2013) A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat 1. **A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXV, 2013, pág. 141-163**, v. XXV, p. 141–164.
- FAGERBERG, J. (2003) **Innovation: A Guide to the Literature**. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/RePEc:tik:inowpp:20031012>>.
- HULGARD, L. & FERRARINI, A. (2010) Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, p. 256–263.
- KATZ, E., LEVIN, M. L. & HAMILTON, H. (1963) Traditions of Research on the Diffusion of Innovation. **American Sociological Review**, v. 28, n. 2, p. 237.
- MACVAUGH, J. & SCHIAVONE, F. (2010) Limits to the diffusion of innovation. **European Journal of Innovation Management**, v. 13, n. 2, p. 197–221.
- MARCONI, M. & LAKATOS, E. (2003) **Fundamentos de metodologia científica**. [s.l.: s.n.].
- MEEUS, M.; EDQUIST, T. (2006) Introduction product en process innovation. In: **Innovation, Science, and Institutional Change: A Research Handbook**. p. 24–37.
- OECD. (2005) **Manual de Oslo: Diretrizes para a Coleta e Interpretação de dados sobre Inovação Tecnológica**. 3. ed. Paris, OECD.
- PLONSKI, G. A. (2005) Bases para um movimento pela inovação tecnológica no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 25–33.
- ROGERS, E. M. (2003) **Diffusion of innovations**. New York, Free Press.
- SCHMIDT, T. & RAMMER, C. (2007) Non-Technological and Technological Innovation: Strange Bedfellows? **SSRN Electronic Journal**.
- SCHUMPETER, J. A. (1997) **Teoria Do Desenvolvimento Econômico - Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e O Ciclo Econômico**. São Paulo, Abril Cultural.
- SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. (2005) Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação - 4a edição. **Portal**, p. 138p.
- YIN, R. K. (2001) **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2 ed. Porto Alegre, Bookman.